

**A ESCRITURA DA VIRILIDADE NO CORPO FEMININO: REFLEXÕES SOBRE A ORDEM
PATRIARCAL A PARTIR DE *DESONRA*, DE J. M. COETZEE.**

Marcos de Jesus Oliveira (UnB)

RESUMO: O presente artigo analisa, a partir da trajetória do personagem David Lurie em *Desonra*, de J. M. Coetzee, o ideal de virilidade cuja natureza patriarcal estrutura e reforça as condições de opressão das mulheres pelos homens. Para tanto, é realizada uma aproximação ao caráter ficcional da obra de maneira que, enquanto discurso, interpele o conhecimento e, dessa forma, permita o estabelecimento de um diálogo profícuo entre o texto literário e as teorias que versam, direta ou indiretamente, sobre as matrizes de poder que hierarquizam as relações de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: virilidade, relações de gênero, dominação.

INTRODUÇÃO

A existência da dominação das mulheres pelos homens tem se tornado fato cada vez mais amplamente reconhecido nos meios acadêmicos. Entretanto, elucidar a maneira pela qual a subordinação se atualiza na experiência social de sujeitos historicamente situados tem sido um dos maiores desafios para a teoria feminista. A superação desse desafio implica, necessariamente, o cumprimento de duas condições: a criação de uma linguagem capaz de descrever a opressão em suas formas mais sutis e elementares e o desenvolvimento de instrumentais teóricos que, como mecanismos de transformação, engendrem mudanças reais e concretas na estrutura sócio-simbólica em que a dominação masculina se encontra ancorada.

A apreensão das bases da subordinação da mulher ao homem talvez possa ser alcançada através do uso da noção de feminino (BUTLER, 1998, p. 21) como uma categoria que inaugure um certo tipo de futuro dentro da linguagem e dentro das matrizes de inteligibilidade cultural, e não apenas como uma categoria que descreva algo que já existe. Desse modo, será possível apreender um novo futuro na compreensão a respeito das formas de subordinação que ainda não estão totalmente inscritas nos códigos sociais, éticos e lingüísticos que informam, direta ou indiretamente, a idéia de opressão.

Nesse contexto de busca por desvelar os mecanismos pelos quais os códigos culturais e sociais atribuem “aos homens e ao masculino as funções nobres e às mulheres e ao feminino as tarefas e funções afetadas de pouco valor” (WELZER-LANG, 2001, p. 461), a crítica literária pode, aliada a instrumentais de leitura provenientes de outras disciplinas acadêmicas, contribuir, de forma decisiva, no entendimento das formas que a dominação assume. Tal raciocínio se baseia, sobretudo, na idéia de que o ser humano é “um animal amarrado a teias de significados” (GEERTZ, 1978, p. 15) e que, portanto, sua existência está, fundamentalmente, vinculada a um contexto histórico-cultural que codifica redes de significado através das quais o trabalho de representação estética e literária se torna possível.

Tendo como horizonte essas considerações e algumas outras que serão desenvolvidas ao longo desse artigo, proponho discutir a trajetória existencial do personagem David Lurie em *Desonra*, de J. M. Coetzee, sobretudo, sua maneira de se relacionar com as mulheres, estabelecendo diálogos com teorias que versam, explícita

ou implicitamente, sobre as matrizes de poder que hierarquizam as relações entre os sexos. O objetivo é construir uma reflexão crítica sobre essas teorias à luz de como as relações de gênero estão tecidas na obra do escritor de língua inglesa e de como elas determinam o curso dos comportamentos dos personagens. Para tanto, destaco o ideal de virilidade cuja natureza falocêntrica estrutura e reforça as condições de opressão das mulheres pelos homens.

A HIERARQUIA ENTRE OS GÊNEROS: DIÁLOGOS ENTRE AS TEORIAS DA DOMINAÇÃO MASCULINA E A TRAJETÓRIA DE DAVID LURIE

Desonra, de J. M. Coetzee¹, é um romance que tem como protagonista David Lurie, um professor de poesia de 52 anos. Divorciado duas vezes, o personagem acredita ter resolvido muito bem o problema em relação ao sexo contratando os serviços de Soraya, uma prostituta que tem idade para ser sua filha, a quem paga o devido e tem direito a um oásis de uma hora e meia:

Nas tardes de quinta-feira, vai de carro até o Green Point. Pontualmente às duas da tarde, toca a campainha do edifício Windsor Mansions, diz seu nome e entra. Soraya está esperando na porta do 113. (...) Acaricia seu corpo marrom cor-de-mel, sem marcas de sol, beija-lhe os seios, fazem amor. (COETZEE, 2000, p. 7)

A aparente estabilidade da vida do professor Lurie começa a se desintegrar quando Soraya o dispensa e ele abusa sexualmente uma de suas jovens alunas, Melanie Isaacs, do curso de poesia romântica, não “a melhor aluna, mas não a pior também: inteligente até, mas não empenhada”². A relação com Melanie é tensa, pois, além da diferença de idade, ela possui um namorado que descobre o que está acontecendo e passa a desafiar e a desmoralizar o professor David em seu ambiente de trabalho.

Esse breve relato sobre a relação de David com as mulheres pode ser tomado como exemplo paradigmático a respeito do ideal de virilidade que estrutura a subjetividade masculina e que, portanto, é determinante no comportamento do personagem e na maneira como se relaciona com o sexo feminino. A trajetória de vida do Sr. Lurie sugere uma subjetividade para qual a mulher deve ser sua propriedade simbólica, ou seja, a mulher torna-se signo a partir do qual David constrói as grades de inteligibilidade em relação a si mesmo, em relação a outros homens e em relação ao mundo.

Estupro e prostituição como fatos integrantes do universo de vida do professor Lurie, ou melhor, como a materialização de uma economia simbólica organizada em torno de um constante jogo de dominação e de posse do corpo feminino, ilustram o modo pelo qual as mulheres, na organização social em que vivemos, parecem não ter valor em si mesmas, mas apenas na medida em que servem para fundar uma ordem cultural cuja lógica pressupõe sua própria submissão e inferioridade. O estupro representa, segundo esse ponto de vista, a realidade da regra do falo, sendo, portanto, o

¹ J. M. Coetzee, nascido em 1940, ganhador do Prêmio Nobel de Literatura em 2003, é escritor sul-africano. Depois de viver na África do Sul até os anos 60, fez carreira acadêmica na Europa e nos EUA e atualmente vive e leciona na Austrália. Coetzee celebrou-se por retratar, em seus romances, uma África do Sul fora do lugar-comum da luta racial e do conflito político.

² COETZEE, *op. cit.*, p. 18.

principal esteio do controle dos homens sobre o corpo da mulher. A leitura feita por Gayle Rubin (1975) sobre o papel das mulheres na teoria geral do parentesco estabelecida por Claude Lévi-Strauss (1976 [1947]) oferece alguns *insights* no entendimento do que estou tentando descrever.

Rubin (1975) argumenta que a função central da proibição do incesto³ é estabelecer, por meio de um regime de circulação e de trocas, os termos de quem troca e quem é trocado. Nesse regime de trocas, os homens desempenham a função de proprietários e as mulheres de propriedade, sendo essa oposição binária entre proprietário e propriedade a base do sistema de relações de gênero e da opressão feminina. Embora as mulheres detenham uma posição privilegiada no espectro de possibilidades de bens trocados, estão mais na condição de condutoras do que de parceiras nesse sistema de relações. Em outras palavras, os homens são os detentores das mulheres e essas se tornam emblemas de prestígio masculino.

A antropóloga americana não foi a única a forjar uma releitura do pensamento de Lévi-Strauss como uma forma de pensar a dominação a qual as mulheres estão sujeitas. A feminista francesa Luce Irigaray (Cf., CONNOR, 1994) sugere, tal como o fez o então antropólogo francês, que as mulheres funcionam antes como objetos do que como agentes de troca. A pensadora defende que essa é a condição de passagem da ordem social para a ordem cultural, pois, segundo ela, a assimetria é a condição fundadora de toda a sociedade e de todos os sistemas de valores sociais e culturais.

Irigaray defende que “a mulher só existe enquanto ocasião de mediação, de transição, de transferência, entre o homem e seu semelhante homem, entre o homem e si mesmo”⁴. Portanto, as mulheres não têm para os homens valor em si mesmas. Seu valor é relativo a outras mulheres-mercadorias em uma escala abstrata de equivalência que permite que as mulheres sejam trocadas dessa maneira, pois “a mulher é tradicionalmente um valor de uso para o homem, um valor de troca entre os homens, em outras palavras, uma mercadoria” (IRIGARAY, 1997, p. 368). Essa economia falocêntrica a partir da qual as mulheres se tornam território em que os homens inscrevem sua masculinidade

depende essencialmente de uma economia da *différance* nunca manifesta, mas sempre pressuposta e renegada. Com efeito, as relações entre clãs patrilineares são baseadas em um desejo homosocial (...), numa sexualidade *recalcada* e conseqüentemente desacreditada, numa relação entre homens que, em última instância, concerne aos laços entre os homens, mas se dá por intermédio de trocas e da distinção heterossexual das mulheres. (IRIGARAY *apud* BUTLER, 2003, p. 70)

As teorizações de Rubin e de Irigaray são bastante interessantes para se pensar o fenômeno da dominação masculina e os mecanismos pelos quais às mulheres é designada uma posição secundária nas relações humanas. Entretanto, o caráter total e fechado das propostas das autoras é, segundo meu ponto de vista, inaceitável ou, ao menos, pouco viável para se efetivar uma real transformação da condição feminina.

³ É importante ressaltar que, para Lévi-Strauss, a proibição do incesto é o ato fundador da cultura. Segundo suas palavras, “não é nem puramente de origem cultural nem puramente de origem natural, e também não é uma dosagem de elementos variados tomados de empréstimo parcialmente à natureza e parcialmente à cultura. Constitui o passo fundamental graças à qual, mas sobretudo na qual, se realiza a passagem da natureza à cultura”. (LÉVI-STRAUSS, 1976, p. 62)

⁴ IRIGARAY *apud* CONNOR, *op. cit.*, p. 176.

Rubin defende que somente por meio da eliminação do sistema sexo/gênero⁵ é que seria possível uma verdadeira transformação da sociedade. A antropóloga parece acreditar na possibilidade de uma sociedade *genderless*⁶. Isso é, ao meu ver, uma grande fantasia na medida em que o gênero é uma das grades de inteligibilidade a partir do qual a sociedade se organiza. O essencial, nesse caso, é construir um referencial que permita pensar o gênero de forma a acolher homens e mulheres sem uma hierarquia suposta ou imposta e que não, implique, fundamentalmente, uma indiferenciação entre os sexos. Dito de outro modo, sair do universo fálico não significa cair em uma indiferenciação sexual, mas pensar as relações entre os sexos fora de uma estrutura hierarquizada.

Quanto ao pensamento de Irigaray, ao partir da premissa que a assimetria é a condição fundante dos sistemas simbólicos, a autora não deixa espaço para se pensar em alternativas de como a situação de dominação poderia ser mudada, pois implícita às suas teorizações sobre as relações entre masculino e feminino está uma estrutura hierárquica de valor sem o qual a sociedade e a cultura não poderiam existir enquanto tais. Além do mais, sua visão de domínio total acaba por gerar uma utopia correspondentemente impossível, o que me parece perpetuar a própria condição a que se espera escapar.

Vale ainda registrar, antes de voltar à análise da trajetória de David Lurie, que essas abordagens de caráter total e fechado têm sido, de certo modo, uma constante entre teóricos que tentam explicar a universalidade da situação de subordinação feminina, o que tem contribuído para a cristalização de uma visão de inevitabilidade do patriarcado, reificando e naturalizando um fenômeno histórico e contingente. Sherry Ortner (1979), antropóloga americana, ao examinar gênero a partir da oposição cultura/natureza, defendeu que a associação entre mulher e natureza, por um lado, e homem e cultura, pelo outro, seria resultado do fato de que as mulheres estariam “simplesmente” mais próximas da natureza. Seu trabalho suscitou muita polêmica, pois é sabido que nem todas as culturas conhecem a oposição natureza/cultura. Mais recentemente, a antropóloga francesa Françoise-Augé Héritier tem defendido a tese de Ortner; embora, de forma mais sofisticada.

Para Héritier (1996), a valência diferencial dos sexos é o elemento estruturante de todas as sociedades. A base da assimetria entre os sexos se localiza no controle social da fertilidade feminina e na divisão sexual do trabalho. Dito de outra forma, é a partir da observação da descontinuidade presente no mundo biológico que tanto as instituições sociais como os sistemas de representação e de pensamento são construídos. Na opinião da antropóloga, a diferença entre os sexos é a matriz simbólica sobre a qual todo a ordem social e cultural é edificada, servindo de base para o estabelecimento das funções de identidade e diferença, que são os traços lógicos essenciais de como o pensamento humano funciona.

O aspecto proffícuo da proposta de Héritier que vale a pena ser ressaltado diz respeito à idéia de que as relações de gênero são resultados de arranjos hierárquicos em que se atualizam estruturas de poder. No entanto, sua abordagem é “ao mesmo tempo naturalista e mentalista, onde os universais ideológicos refletem diretamente os dados

⁵ Segundo Rubin, o sistema sexo/gênero é “um conjunto de arranjos pelos quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produto da atividade humana e no qual os desejos sexuais são transformados são satisfeitos.” (RUBIN, *op. cit.*, p. 159)

⁶ Muitas feministas têm sustentado essa perspectiva. Elizabeth Badinter tem sido uma das maiores defensoras de que a androgenização da cultura representaria a realização da igualdade entre homens e mulheres. (BADINTER, 1986)

biológicos” (VIVEIRO DE CASTRO, 1990, pp. 24-25). Sua perspectiva não vislumbra a possibilidade de estratégias de transformação e de resistência já que a assimetria é da ordem lógica da passagem natureza/cultura, sem a qual a humanidade não poderia existir.

É preciso uma teoria que, além de descrever a dominação da mulher, seja capaz de engendrar possibilidades de transformações reais e concretas. Nesse sentido, vale a pena registrar a contribuição de Pierre Bourdieu. O sociólogo francês (1999), ao analisar a sociedade dos montanhese bérberes de Kabyle na Argélia (considerada uma forma paradigmática da organização “falocêntrica” que constitui a tradição mediterrânea), vê a troca das mulheres como uma construção social a partir da qual a hierarquia entre os gêneros é instituída, atribuindo à mulher uma posição de inferioridade. É na troca como uma divisão assimétrica entre os gêneros que se criam estruturas objetivas e esquemas cognitivos que, permitem, por exemplo, o estabelecimento do falo como símbolo de virilidade e de prestígio.

Bourdieu sugere que a dominação masculina está impregnada não apenas nos sistemas de pensamento em que masculino e feminino fazem parte de uma escala de valores, mas sobretudo está corporificada na forma de *habitus*⁷, fazendo vítimas tanto a mulheres quanto a homens. Os estudos da escritora e feminista francesa Hélène Cixous (1995) poderia ser citado como um bom exemplo de como esses esquemas de valores calcados em oposições binárias estão presentes não apenas no senso comum, mas também no discurso filosófico, científico, literário, etc, uma vez que esses não estão livres de condicionamentos históricos e sociais. Cixous esclarece que, na lógica do pensamento ocidental, há sempre uma distribuição desigual de poder entre os termos de uma oposição binária, de maneira que um dos termos é sempre mais valorizado que o outro, um é a norma e o outro é o “outro” – visto como “anormal”. Na oposição cultura/natureza, o homem se encontra ligado ao primeiro, ao passo que a mulher, ao segundo; o mesmo ocorre em outros binarismos descritos pela autora, tais como: atividade/passividade, cabeça/coração, dia/noite, inteligível/sensível, semente/receptáculo, etc.

É interessante notar que a proposta de Bourdieu, ao focalizar não apenas a dominação em si, mas ao evidenciar os mecanismos pelos quais ela é produzida e inscrita nas subjetividades dos indivíduos, consegue vislumbrar uma teoria de transformação social e cultural da condição de opressão das mulheres. Cabe ressaltar, no entanto, que não é uma tarefa fácil, pois, conforme evidencia o autor, a dominação está inscrita no corpo que se torna, assim, *locus* por excelência do exercício do poder. Seria pertinente lembrar também que a teoria do sociólogo francês demonstra uma grande vantagem em relação às teorias até aqui discutidas, pois os conceitos elaborados por Bourdieu descrevem a lógica da economia simbólica da opressão e como essa opera em relações aparentemente livres de dominação. Além do mais, contrariamente às teorias de Irigaray e Hérítier, por exemplo, o social não é mero reflexo do simbólico. Em Bourdieu, o simbólico é resultado de práticas sociais, o que abre espaço para pensar as especificidades históricas da dominação e superar sua naturalização e desistoricização.

⁷ O *habitus* consiste em um sistema durável de disposições que estrutura práticas e representações e se constitui por meio da internalização de estruturas objetivas. Em outras palavras, trata-se de um sistema adquirido que engendra todas as formas de pensar, agir e perceber de uma dada cultura. (BOURDIEU, 1986)

Voltando a atenção ao personagem de minha análise, é possível perceber que esse “código de virilidade baseado no poder sobre as mulheres”⁸ fica bastante evidente na cena em que David vê Melanie, a quem já havia abusado sexualmente, passar de moto com seu namorado:

Ao voltar de um concerto essa noite, ele pára o carro num farol vermelho. Uma motocicleta passa por ele, uma Ducati prateada com duas figuras de negro. As duas de capacete, mas mesmo assim ele reconhece Melanie, no banco de trás, com os joelhos abertos, a pélvis arqueada. Sente uma breve fisgada de luxúria. *Eu estive ali!*, pensa. Então, a moto avança e a leva embora.⁹

Outro momento da obra em que esse aspecto se torna bastante claro é quando, após ter sido acusado de estuprar uma de suas alunas, David se nega a se submeter aos códigos politicamente corretos da universidade: era necessário desculpar-se publicamente do ato cometido, demonstrar arrependimento – ainda que esse não fosse autêntico, uma vez que o critério ali não era o da sinceridade, mas a admissão pública do erro e a tomada de decisões necessárias para remediar a situação¹⁰. Essa recusa em admitir seu erro publicamente também aponta para o fato de que, na economia simbólica masculina, a apropriação do corpo feminino, mesmo em suas formas mais violentas, não constitui necessariamente um crime, pois está na base lógica da fundação das relações entre os gêneros, conforme já assinalou Carole Pateman¹¹.

A atitude de David bem como os códigos morais da universidade são sugestivos em relação à hipótese da posse do corpo feminino como estruturante da economia simbólica masculina. Primeiro, negar que havia abusado sexualmente sua aluna e mostrar arrependimento seria, para David, uma ameaça à sua própria masculinidade um tanto fragilizada, pois, sendo a economia simbólica masculina vinculada a posse das mulheres, a admissão de seu fracasso diante desse imperativo seria o reconhecimento de que não faz jus ao título de homem e não merece respeito de seus pares.

Nessa mesma linha interpretativa, é possível afirmar que a atitude da universidade mostra como os grupos e instituições sociais compartilham da mesma lógica perversa que oprime e domina as mulheres e como essa lógica está tão impregnada nas formas de pensar e de ser dos sujeitos que esses já não a percebem como tal. Em outras palavras, as instituições que deveriam levar a cabo uma política de ruptura com a reprodução social da violência contra as mulheres acabam por reforçar essa mesma situação na sociedade sul-africana.

David, sem mulheres, sem sucesso acadêmico, um dos símbolos de sua masculinidade, chegando à velhice em que pese a perda de potência orgástica, continua sua trajetória em busca de signos que sustentem e dêem força a sua virilidade. Seria preciso, nesse jogo, encontrar algo ou alguém que lhe devolvesse seu sentimento de pertencimento ao universo masculino. A vítima, dessa vez, será sua filha.

⁸ WELZER-LANG, *op. cit.*, p. 466.

⁹ COETZEE, *op. cit.*, pp. 43-44 (grifos no original).

¹⁰ *Idem, Ibidem*, p. 69.

¹¹ Pateman (1993), em sua releitura do mito freudiano de *Totem e Tabu*, assinala que é a apropriação pela força de todas as fêmeas da sua horda [leia-se: estupro] por parte do pai-macho-patriarca primitivo e não o assassinato do pai que instaura a lei-primeira.

David decide se mudar para uma pequena fazenda onde reside sua filha, Lucy. Um certo dia, David e Lucy são assaltados e violentamente agredidos. Três homens negros prendem Lucy em seu próprio quarto e a estupram, prendem David em um banheiro e tentam queimá-lo vivo. Levam seu casaco, seu melhor par de sapatos, seu carro. Ou dito de outra forma, levam todos os signos sobre os quais seu senso de masculinidade ainda podia se ancorar.

David fica revoltado com o estupro de sua filha. Isso mostra uma vez mais que David falhou em sua masculinidade, daí sua revolta. Se a ordem simbólica falocêntrica impõe a posse do corpo feminino ao homem, era obrigação de David defender e proteger Lucy, pois, sendo sua filha, aquele corpo lhe pertencia e como tal deveria ser guardado. A revolta de David parece estar muito mais vinculada a sua falha em desempenhar esse imperativo da lei simbólica do que inerentemente ligada à violência e a dor causada à sua filha. Por outro lado, Lucy recusa a denunciar o crime, o que representa a internalização da própria dominação. Nas inúmeras vezes em que se referiu ao estupro, Lucy se dizia indignada não com o ato em si, mas com a inutilidade do crime que praticavam e com o ódio no olhar dos agressores enquanto a submetiam à crueldade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise da trajetória do personagem David Lurie em *Desonra*, de J. M. Coetzee, foi possível apreender a atualização do ideal de virilidade das sociedades ocidentais cuja natureza falocêntrica estrutura e reforça as condições de opressão das mulheres pelos homens. A leitura proposta foi uma tentativa de analisar a obra para além das dimensões sociais evidentes, uma vez que “o próprio assunto [da obra] repousa sobre condições sociais que é preciso compreender e indicar a fim de penetrar no significado” (CANDIDO, 1985, p. 6).

Para se perceber a atualização desses traços sociológicos, foi necessário optar por um paradigma de leitura comprometido com uma determinada visão de mundo. Nesse sentido, a apreciação da obra foi orientada por teorias cujo referencial analítico fosse a centralidade das relações de gênero no processo de compreensão da realidade. Assim, pôde-se sugerir que a economia simbólica masculina se estrutura a partir da posse do corpo feminino e, dessa forma, pensar determinados fenômenos – violência sexual, por exemplo, – como sócio-cultural em suas origens. Entretanto, ao dialogar com as teorias que tentam dar conta da dominação masculina, argumentei em favor da relevância de uma teoria que ultrapasse a mera descrição e proponha formas concretas de transformação das condições de opressão.

A teoria de Pierre Bourdieu me pareceu oferecer bons elementos para se pensar a dominação e como essa situação pode ser transformada. Ademais, o autor critica análises teóricas que, em muitos casos, acabam por reforçar a própria situação de opressão das mulheres em favor de uma perspectiva que solape a ordem sócio-simbólica em que a dominação masculina se encontra assentada. Nesse sentido, é correto afirmar que a teoria proposta por Bourdieu nos permite pensar a estruturação do simbólico a partir do social, evitando, com isso, a essencialização ou reificação do masculino e do feminino, na medida em que percebe o simbólico como engendrado socialmente e não apenas como o reflexo de uma ordem a-histórica.

Para finalizar, resalto uma vez mais a necessidade de se aprofundar os debates sobre o modo de dominação e sobre estratégias reais que possam ser efetivadas na vida

concreta das pessoas pois, conforme a análise sugeriu, a opressão é feita de forma sutil e constitui a própria subjetividade de indivíduos que não a percebem como tal. Acredito que a crítica literária pode contribuir no sentido de possibilitar a conscientização em relação aos mecanismos de dominação a que as mulheres são submetidas, já que a literatura revela as pequenas veias da vida cotidiana, aquilo que, geralmente, escapa à leitura generalizante de outras disciplinas acadêmicas.

BIBLIOGRAFIA

BADINTER, Elisabeth. **Um é o outro: relações entre homens e mulheres.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil : Lisboa: DIFEL, 1989.

_____. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____ et al. Irigaray and the political future of sexual difference. IN: **Diacritics**, v.28, n°1, 1998, pp. 19-42.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária.** São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1985.

CIXOUS, Hélène. **La risa de la medusa: ensayos sobre la escritura.** Barcelona: Anthropos : Madrid : Comunidad de Madrid : San Juan : Universidad de Puerto Rico, 1995.

COETZEE, John M. **Desonra.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CONNOR, Steven. **Teoria e valor cultural.** São Paulo: Edições Loyola, 1994.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HÉRITIER, Françoise-Augé. **Masculin/Féminin: la pensée de la différence.** Paris: Editions Odile Jacob, 1996.

IRIGARAY, Luce. "The sex which is not one." IN: WARHOL, Robyn R.; HERNDL, Diane Price. **Feminisms: an anthology of literary theory and criticism.** New Jersey: Rutgers University Press, 1997.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco.** Petrópolis: Vozes, 1976.

ORTNER, Sherry. “Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?”. IN: ROSALDO, Michelle Z.; LAMPHERE, Louise (Orgs). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

RUBIN, Gayle. “The traffic in women: notes on the ‘Political Economy’ of the sex”. IN: RAPP, Rayna (Org.). **Towards an anthropology of women**. New York: Monthly Review Press, 1975, pp. 157-210.

VIVEIRO DE CASTRO, Eduardo. **Princípios e parâmetros: uma leitura de L’exercice de la parenté**. Rio de Janeiro: Cadernos do Museu Nacional, n°17, 1990.

WELZER-LANG, Daniel. “A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia”. IN: **Estudos Feministas**, v.9, n°2, 2001, pp. 460-482.